

FGV aposta na desaceleração em 97

Técnicos da Fundação Getúlio Vargas prevêem um ano de restrição fiscal ou monetária com possível queda de taxas de desemprego e juros

Rio — O ritmo da economia brasileira no próximo ano sofrerá uma redução. A previsão consta da Carta do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) de dezembro, que sairá na próxima edição da revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas. Em vista disso, os técnicos do Ibre estão trabalhando com dois cenários para o próximo ano. O primeiro prevê uma restrição fiscal, e o segundo é o da restrição monetária.

A restrição fiscal levaria a uma redução do déficit operacional (que inclui a correção monetária) para 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997. Em agosto deste ano, último dado disponível, o déficit atingiu 5,3% do PIB.

Esse cenário é compatível com um crescimento da economia de 5% em 1997 e uma queda da taxa de desemprego para 5%. Os juros cairiam para 12% ao ano e a taxa de depreciação do real frente ao dólar seria de 7%.

No setor externo, o déficit na balança comercial seria estabilizado em US\$ 6 bilhões e o déficit em transações correntes, em US\$ 21 bilhões. A inflação continuaria em queda, podendo fechar o ano em 6%.

A redução do déficit seria obtida com a queda de despesas, a ser alcançada por meio do corte de pessoal, demissões voluntárias e etc, "propiciado pela reforma administrativa, e da redução de desperdícios em outras áreas". O financiamento do déficit seria, ainda, auxiliado pela privatização. A venda de estatais acarretaria para o governo US\$ 11 bilhões, segundo as contas do Ministério do Planejamento.

CRÉDITO

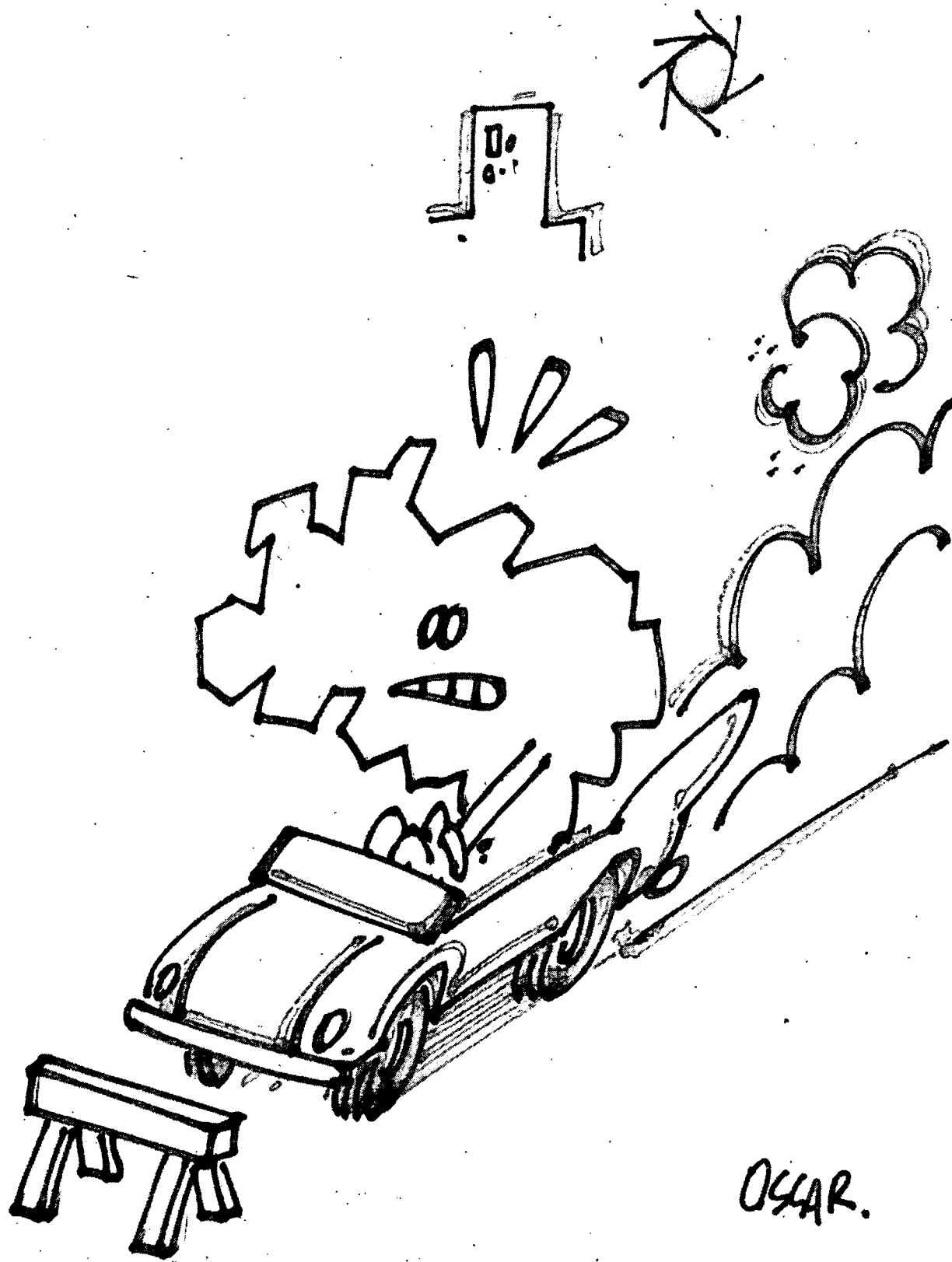
Os técnicos da FGV apontam alguns problemas para o sucesso da chamada "restrição fiscal". Um deles está na dificuldade de o governo aumentar sua receita em 1997 por meio do arrocho salarial do funcionalismo (como em 1996).

Além disso, segundo a FGV, é possível prever aumento de despesas em função do elevado nível de endividamento dos estados. "Eles estão pressionando a União por trocas e refinanciamentos de suas dívidas e por taxas de juros favorecidas", diz o texto da Carta de Conjuntura.

A restrição monetária, no segundo cenário, aconteceria na suposição de que a deterioração das contas externas forçasse o governo a tomar decisões mais fortes ou de que a equipe econômica encontrasse dificuldades políticas para adotar as chamadas restrições fiscais.

Nesse caso, o governo teria que elevar os juros e adotar medidas de restrição do crédito para conter o crescimento econômico e, por essa via, reduzir o desequilíbrio da balança comercial. Esse cenário prevê crescimento de 3% do PIB em 1997 (igual ao deste ano), taxa de desemprego de 5%, juros reais de 18% ao ano e uma desvalorização cambial de 4%. A inflação seria de 6% ao ano e o déficit da balança comercial de US\$ 4 bilhões.

"A situação fiscal do governo em 1996 frustrou as expectativas de quem esperava para este ano a consolidação do Plano Real", avaliou o diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, Antônio Salazar, durante a divulgação da carta.



OSCAR.